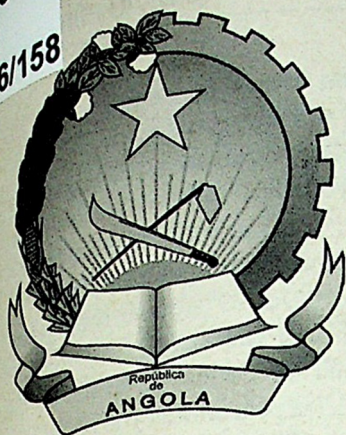


673 G
2
016/158

Quinta-feira, 26 de Junho de 2014

II Série – N.º 28



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 220,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».

ASSINATURA		Ano
As três séries	Kz: 470 615.00
A 1.ª série	Kz: 277 900.00
A 2.ª série	Kz: 145 500.00
A 3.ª série	Kz: 115 470.00

O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.

SUMÁRIO

Governo Provincial de Benguela

Despacho n.º 621/14:

Exonera Domingos Tchihayo Mateus do cargo de Director da Escola Primária de Henga, Município do Cubal.

Despacho n.º 622/144:

Exonera Paulo Ngumbe do cargo de Director da Escola Primária da Katala II, Município do Cubal.

Despacho n.º 623/14:

Desvincula José Cinco, Encarregado Qualificado, funcionário da Direcção Provincial de Saúde de Benguela, colocado no Hospital Provincial de Benguela, para efeito de aposentação.

Despacho n.º 624/14:

Desvincula Laurindo Benje, 2.º Oficial Administrativo, funcionário da Direcção Provincial da Saúde de Benguela, colocado no Hospital Comunal do Dombe Grande, para efeito de aposentação.

Despacho n.º 625/14:

Desvincula Daniel Hombo, Técnico de Diagnóstico de 1.ª Classe, funcionário da Direcção Provincial da Saúde de Benguela, colocado no Hospital Provincial de Benguela, para efeito de aposentação.

Despacho n.º 626/14:

Desvincula Joaquim Rebelo da Silva, Técnico Médio Principal de 2.ª Classe, colocado na Direcção Provincial da Comunicação Social de Benguela, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 627/14:

Desvincula Maria de La Salud Rendón, Técnica de Enfermagem de 1.ª Classe, colocada no Hospital Provincial de Benguela, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 628/14:

Promove Domingos Camota para a categoria de Assessor Principal, no quadro do pessoal do Governo Provincial de Benguela.

Despacho n.º 629/14:

Coloca em regime de destacamento Benedito Bastos Ngala, Auxiliar Administrativo de 2.ª Classe, na Administração Municipal da Baía-Farta.

Despacho n.º 630/14:

Transfere Maria Regina Jamba, Professora do Ensino Primário Auxiliar do 6.º Escalão, do Município do Chongoroi para o Município do Lobito.

Despacho n.º 631/13:

Transfere Albina Kassinda Sapalo, Professora do Ensino Primário do 6.º Escalão, do Município do Chongoroi para o Município de Benguela.

Despacho n.º 632/14:

Nomeia Maria Manuela Navaia para as funções de Administradora Comunal-Adjunta do Catengue, Município de Caimbambo.

Despacho n.º 633/14:

Nomeia Maria Idalina António Carlos para o cargo de Administradora Municipal do Chongoroi.

ANIP — Agência Nacional para o Investimento Privado

Resolução n.º 24/14:

Aprova o Contrato de Investimento da Proposta denominada «Prologica Weca, S. A.» no valor global de USD 1.000.000,00.

Resolução n.º 25/14:

Aprova o Contrato de Investimento da Proposta denominada «Bellmáquinas, Limitada» no valor global de USD 1.367.000,00, no regime contratual.

GOVERNO PROVINCIAL DE BENGUELA

Despacho n.º 621/14
de 26 de Junho

Por conveniência de serviço;

Nos termos do n.º 1 do artigo 42.º do Decreto Presidencial n.º 16/11, publicado no *Diário da República* n.º 6, 1.ª série, de 11 de Janeiro, que aprova o Estatuto do Subsistema do Ensino Geral;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º, da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Domingos Tchihayo Mateus exonerado do cargo de Director da Escola Primária de Henga, Município do Cubal, para o qual havia sido nomeado por Despacho Interno n.º 871/06, de 3 de Janeiro.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 17 de Fevereiro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 622/14 de 26 de Junho

Considerando o disposto no n.º 1 do artigo 420.º do Decreto Presidencial n.º 16/11, de 11 de Janeiro, publicado no *Diário da República* n.º 6, 1.ª série que aprova o Estatuto do Subsistema do Ensino Geral;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Paulo Ngumbe, Agente n.º 11279471, exonerado do cargo de Director da Escola Primária da Katala II, Município do Cubal, nesta Província, para o qual havia sido nomeado por Despacho Interno n.º 917/07, de 3 de Janeiro.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 31 de Dezembro de 2013. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 623/14 de 26 de Junho

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição do n.º 1 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, 1.ª série, sobre os procedimentos para a aposentação dos funcionários públicos, e do n.º 1, artigo 32.º, do Decreto n.º 25/91, de 29 de Julho, sobre causa da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É José Cinco, Encarregado Qualificado, Agente n.º 05477221, funcionário da Direcção Provincial da Saúde de Benguela, colocado no Hospital Provincial de Benguela, desvinculado dos serviços, a seu pedido, para efeito de aposentação.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 31 de Dezembro de 2013. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 624/14 de 26 de Junho

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição do n.º 1, do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, 1.ª série, sobre os procedimentos para a aposentação dos funcionários públicos, e do n.º 1, artigo 32.º, do Decreto n.º 25/91, de 29 de Julho, sobre causa da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Laurindo Benje, 2.º Oficial Administrativo, Agente n.º 06503110, funcionário da Direcção Provincial da Saúde de Benguela, colocado no Hospital Comunal do Domba Grande, desvinculado dos serviços, a seu pedido, para efeito de aposentação.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 31 de Dezembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 625/14 de 26 de Junho

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição do n.º 1 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, 1.ª série, sobre os procedimentos para a aposentação dos funcionários públicos, e do n.º 1 artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Julho, sobre extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Daniel Hombo, Técnico de Diagnóstico de 1.ª Classe, Agente n.º 05474990, funcionário da Direcção Provincial da Saúde de Benguela, colocado no Hospital Provincial de Benguela, desvinculado dos serviços, a seu pedido, para efeitos de aposentação.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 17 de Fevereiro de 2013. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 626/14 de 26 de Junho

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição do n.º 1, do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, 1.ª série, sobre os procedimentos para a aposentação dos funcionários públicos, e do n.º 1, artigo 32.º, do Decreto n.º 25/91, de 29 de Julho, sobre causa da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Joaquim Rebelo da Silva, Técnico Médio Principal de 2.ª Classe, Agente n.º 05450216, colocado na Direcção Provincial da Comunicação Social de Benguela, desvinculado dos serviços, a seu pedido, para efeitos de aposentação.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 31 de Dezembro de 2013. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 627/14
de 26 de Junho

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição do n.º 1, do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, 1.ª série, sobre os procedimentos para a aposentação dos funcionários públicos, e do n.º 1, artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Julho, sobre causa da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Maria de La Salud Rendón, Técnica de Enfermagem de 1.ª Classe, Agente n.º 05485930, colocada no Hospital Provincial de Benguela, desvinculada dos serviços, a seu pedido, para efeitos de aposentação.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 31 de Dezembro de 2013. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 628/14
de 26 de Junho

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 24, do Decreto-Lei n.º 12/94 de 1 de Julho, sobre o Regime Jurídico e Condições de Exercício de Cargos de Direcção e Chefia;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Domingos Camota, Técnico Superior de 2.ª Classe, Agente n.º 08042185, promovido para a categoria de Assessor Principal, no quadro do pessoal do Governo Provincial de Benguela.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 17 de Fevereiro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 629/14
de 26 de Junho

A pedido da Administração Municipal da Baía-Farta, ao abrigo da disposição constante do artigo 26.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, sobre o destacamento.

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Benedito Bastos N'gala, Auxiliar Administrativo de 2.ª Classe, Agente n.º 12104383, funcionário do Governo Provincial de Benguela, colocado em regime de destacamento na Administração Municipal da Baía-Farta.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 17 de Fevereiro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 630/14
de 26 de Junho

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferência;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Maria Regina Jamba, Professora do Ensino Primário Auxiliar do 6.º Escalão, Agente n.º 11275378, transferida do Município do Chongoroi, para o Município do Lobito, a seu pedido.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 31 de Dezembro de 2013. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 631/14
de 26 de Junho

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferência;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º

da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho, de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Albina Kassinda Sapalo, Professora do Ensino Primário do 6.º Escalão, Agente n.º 12076787, transferida do Município do Chongoroi para o Município de Benguela, a seu pedido.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 31 de Dezembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 632/14
de 26 de Junho

Por conveniência de serviço;

No âmbito do ajustamento da Estrutura Orgânica e Funcionamento dos Órgãos do Governo Provincial de Benguela, conforme estabelece a Lei n.º 17/10, de 29 de Julho;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho, de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Maria Manuela Navaia, Escreiturária-Dactilógrafa, Agente n.º 12104182, nomeada para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Administradora Comunal-Adjunta do Catengue, Município de Caimbambo, nesta província, em substituição de Mariana Madalena.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 31 de Dezembro de 2013. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 633/14
de 26 de Junho

Por conveniência de serviço público, no uso das competências que lhe são conferidas pela alínea f) do artigo 19.º, da Lei de Alteração à Lei n.º 17/10 de 29 de Julho, publicado no *Diário da República* n.º 251, 1.ª série, de 29 de Dezembro de 2011 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o n.º 2 do artigo 201.º da Constituição da República, o Governador Provincial de Benguela, determina:

1. É nomeada Maria Idalina António Carlos para em comissão de serviço exercer o cargo de Administradora Municipal do Chongoroi.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 11 de Março de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

**ANIP — AGÊNCIA NACIONAL
PARA O INVESTIMENTO PRIVADO**

Resolução n.º 24/14
de 26 de Junho

Considerando que a sociedade «Prologica International B. V.», uma sociedade comercial de responsabilidade limitada, constituída e existente ao abrigo das leis da Holanda, com sede em Amesterdão, Holanda, sita em (1118BH) Schiphol, Holanda, Schiphol Boulevard 231, registada junto do Registo Comercial sob o n.º 56670397, apresentada ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado) uma Proposta de Investimento Externo.

Considerando que no âmbito desta proposta a investidora externa pretende adquirir 75% do capital social da sociedade de direito angolano, sob a forma de sociedade anónima, com a denominação social «Prologica Weca, S. A.», que tem por objecto o comércio a retalho de computadores, equipamentos periféricos e software normalizado, bem como o desenvolvimento, comercialização e implementação de soluções de informática;

Considerando que, o Governo da República de Angola está empenhado em promover projectos de investimentos que visam a prossecução de objectivos económicos e sociais de interesse público, nomeadamente, diversificação da economia, prestação de serviços nos diversos sectores económicos, assim como a melhoria da qualidade de vida das populações, aumento de infra-estruturas industriais, o aumento do emprego, bem como o fomento do empresariado angolano.

Nos termos das disposições combinadas do n.º 1 do artigo 60.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado), e do artigo 13.º do Estatuto Orgânico da ANIP (aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 113/11, de 2 de Junho), o Conselho de Administração da Agência Nacional para o Investimento Privado, emite a seguinte Resolução:

1.º — É aprovado o Contrato de Investimento da Proposta denominada «Prologica Weca, S. A.» no valor global de USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares dos Estados Unidos da América).

2.º — A presente Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Vista e aprovada pelo Conselho de Administração da ANIP, em Luanda, aos 26 de Julho de 2013. — A Presidente do Conselho de Administração, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

CONTRATO DE INVESTIMENTO PROLOGICA WECA, S. A.

Contrato de Investimento Privado

Entre:

República de Angola, representada pela Agência Nacional para o Investimento Privado, com sede em Luanda, na Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, 9.º andar, Edifício do Ministério da Indústria, aqui representada por Maria Luísa Abrantes, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, com poderes legais e estatutários para o acto;

E

«Prologica International, B. V.», sociedade comercial de responsabilidade limitada, constituída e existente ao abrigo das leis da Holanda, com sede em Amesterdão, Holanda, sita em (1118BH) Schiphol, Holanda, Schiphol Boulevard 231, registada junto do Registo Comercial sob o n.º 56670397, neste acto representada por Idalett Sousa, na qualidade de Procuradora.

Considerando que:

- a) Nos termos do artigo 7.º da Lei do Investimento Privado, a ANIP é o órgão do Estado responsável por i) executar a política nacional em matéria de investimentos privados e ii) promover, coordenar, orientar e supervisionar os investimentos privados em Angola;
- b) A Investidora integra um grupo de sociedades que, no seu conjunto, se dedica à actividade das tecnologias de informação, tendo uma presença em vários continentes, com cerca de 1800 clientes activos e sendo considerada uma das protagonistas do mercado das tecnologias de informação, com referências sólidas e reconhecido sucesso em projectos públicos e privados, integrando o «Top 10» português das melhores empresas do sector das tecnologias de informação. Em resultado da sua parceria com a sociedade portuguesa «J. P. SA Couto», é a maior empresa portuguesa exportadora de tecnologias de informação, sendo responsável pelo denominado «Projecto Magalhães»;
- c) Em determinadas áreas da sua actuação, o grupo de sociedades em que se integra a Investidora tem mantido importantes parcerias com a Microsoft, o que, através da Investidora, também acontecerá com a Sociedade;
- d) A Investidora pretende desenvolver a sua actividade em Angola e, para este efeito, pretende adquirir a Participação, representativa de 75% (setenta e cinco por cento) do capital social da sociedade (sociedade comercial anónima angolana já constituída), na qual investirá os montantes previstos neste Contrato de Investimento, sendo a partici-

pação social remanescente de 25% (vinte e cinco por cento) adquirida pelo parceiro local;

- e) A Investidora e a Sociedade, enquanto sociedade veículo do investimento a ser realizado, pretendem beneficiar da protecção ao investimento prevista na Lei do Investimento Privado, nomeadamente o direito a repatriar lucros gerados pela Sociedade;
- f) Com o desenvolvimento da actividade da Sociedade, a Investidora pretende contribuir, de forma significativa e sustentável, para o desenvolvimento da economia angolana e para a formação qualificada e diferenciada dos trabalhadores angolanos;
- g) Pretendendo o Estado apoiar o investimento proposto e a Investidora beneficiar das condições legais e do apoio institucional que o Estado pode oferecer, é vontade das Partes contratualizar os seus direitos e obrigações no quadro, nos termos e nas condições previstos na Lei do Investimento Privado.

As Partes celebram livremente e de boa-fé o presente Contrato de Investimento, que se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª

(Definições e interpretação)

1. Para efeitos do presente Contrato de Investimento (incluindo os considerandos) e respectivos Anexos, salvo se sentido diverso resultar do seu contexto, as definições abaixo reproduzidas terão o seguinte significado:

Anexos: — significa os documentos juntos a este Contrato de Investimento e mais bem identificados na cláusula 24.ª;

ANIP: — significa a Agência Nacional para o Investimento Privado;

BNA: — significa o Banco Nacional de Angola;

Cláusulas: — significa as disposições deste Contrato de Investimento, excluindo os considerandos;

Contrato de Investimento: — significa este contrato de investimento privado e todos os seus Anexos;

CRIP: — significa o Certificado de Investimento Privado emitido pela ANIP;

Data Efectiva: — significa a data da assinatura deste Contrato de Investimento;

Estado: — significa o Estado da República de Angola;

Formulários da Proposta de Investimento Privado: — significa os formulários da Proposta de Investimento Privado aprovados pela ANIP;

Implementação Efectiva: — significa a data em que a Investidora adquirir a Participação;

Investidora: — significa a «Prologica International, B. V.», sociedade comercial de responsabilidade limitada, constituída e existente ao abrigo das

leis da Holanda, com sede em Amesterdão, Holanda, sita em (1118BH) Schiphol, Holanda, Schiphol Boulevard 231, registada junto do Registo Comercial sob o n.º 56670397;

Lei Aplicável: — significa as leis aplicáveis no território na data efectiva, incluindo a Lei das Sociedades Comerciais, a Lei sobre a Arbitragem Voluntária e a Lei do Investimento Privado;

Lei das Sociedades Comerciais: — significa a Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro;

Lei do Investimento Privado: — significa a Lei n.º 20/11, de 20 de Maio;

Lei sobre a Arbitragem Voluntária: — significa a Lei n.º 16/03, de 25 de Julho;

Parceiro Local: — significa Vicente Jerónimo Dionísio Leitão, divorciado, titular do Cartão Angolano de Residência Tipo B n.º RO23862/00382308, emitido pelos Serviços de Migração e Estrangeiros do Ministério do Interior, em 16 de Fevereiro de 2007, vitalício, com domicílio na Rua Rainha Ginga, n.º 228-6, Luanda, Angola;

Parte: — significa o Estado ou a Investidora, quando referidos individualmente;

Partes: — significa o Estado e a Investidora, quando referidos conjuntamente;

Participação: — significa uma participação social representativa de 75% (setenta e cinco por cento) do capital social da Sociedade;

Plano de Formação da Mão-de-Obra Nacional: — significa o plano de formação da mão-de-obra nacional anexo à Proposta de Apresentação de Projectos de Investimento Privado, que se junta ao Contrato de Investimento como Anexo 1;

Plano de Substituição Gradual da Força de Trabalho Expatriada: — significa o plano de substituição gradual da força de trabalho expatriada anexo à Proposta de Apresentação de Projectos de Investimento Privado, que se junta ao Contrato de Investimento como Anexo 2;

Projecto de Investimento: — significa i) a aquisição, pela Investidora, da Participação, pelo respectivo valor nominal, ii) a subscrição do aumento do capital social da Sociedade, através de novas entradas em dinheiro pela Investidora, e iii) a realização pela Investidora de quaisquer actos ou contratos que configurem operações de investimento externo nos termos da Lei do Investimento Privado e que se destinem a financiar e capitalizar a Sociedade para a prossecução da sua actividade, tudo através da transferência de fundos do exterior do Território;

Sociedade: — significa a «Prológica Weca, S. A.», sociedade comercial anónima, constituída e existente ao abrigo das leis do território, com sede em Luanda, Rua da Maianga, n.º 116 a 118, Bairro da Maianga, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda sob o n.º 3743, Pessoa Colectiva n.º 5417203564, com o capital social de Kz: 2.000.000 (dois milhões de kwanzas), equivalente a USD 20.000 (vinte mil dólares dos Estados Unidos da América), dividido e representado por 4.000 (quatro mil) acções, com um valor nominal de Kz: 500 (quinhentos kwanzas), equivalente a USD 5 (cinco dólares dos Estados Unidos da América) cada, com o objecto social de comércio a retalho de computadores, equipamentos periféricos e software normalizado, bem como o desenvolvimento, comercialização e implementação de soluções de informática; e

Território: — significa a República de Angola.

2. Sempre que o Contrato de Investimento utilizar as definições previstas no artigo 2.º da Lei do Investimento Privado, estas terão o significado previsto nesta lei.

3. O significado das definições previstas no Contrato de Investimento será sempre o mesmo, quer sejam utilizadas no plural ou no singular, quer se encontrem escritas no género masculino ou feminino.

CLÁUSULA 2.ª

(Natureza e objecto do Contrato de Investimento)

1. O Contrato de Investimento tem natureza administrativa e é celebrado entre as Partes, em conformidade com a Lei Aplicável.

2. O Contrato de Investimento tem por objecto a execução, pela Investidora, da aquisição da Participação, pelo respectivo nominal, da sociedade que tem por objecto o comércio a retalho de computadores, equipamentos periféricos e software normalizado, bem como o desenvolvimento, comercialização e implementação de soluções de informática, bem como das demais operações de investimento previstas na cláusula 7.ª do Contrato de Investimento.

CLÁUSULA 3.ª

(Localização do investimento e regime jurídico dos bens da Investidora)

1. O Projecto de Investimento será implementado na província de Luanda, onde a Sociedade tem a sua sede, sita na Rua da Maianga, n.ºs 116 a 118, Bairro da Maianga, correspondente à Zona A, prevista no artigo 35.º da Lei do Investimento Privado.

2. A Investidora será a única titular da Participação, incluindo os direitos associados, a qual poderá, nos termos permitidos pelos estatutos da Sociedade e pela Lei aplicável, ser onerada e/ou transmitida, total ou parcialmente, a terceiros.

CLÁUSULA 4.ª

(Prazo de vigência do Contrato de Investimento)

O Contrato de Investimento entrará em vigor na Data Efectiva e vigorará por tempo indeterminado.

CLÁUSULA 5.ª

(Objectivo do Projecto de Investimento)

1. O Projecto de Investimento visa, nos termos das alíneas a), e), f), g) e k) do artigo 27.º da Lei do Investimento Privado, alcançar os seguintes objectivos:

- a) Incentivar o crescimento da economia nacional;
- b) Proporcionar parcerias entre entidades nacionais e estrangeiras;
- c) Induzir a criação de postos de trabalho para trabalhadores angolanos e elevar a qualificação da mão-de-obra angolana;
- d) Obter a transferência de tecnologia e aumentar a eficiência produtiva; e
- e) Promover o desenvolvimento tecnológico, a eficiência empresarial e a qualidade dos produtos.

2. O cumprimento de cada objectivo referido no número precedente será verificado pela ANIP de acordo com critérios e termos estabelecidos no Contrato de Investimento, nomeadamente nos Formulários da Proposta de Investimento Privado, e nos termos e para os efeitos previstos na cláusula 13.ª

CLÁUSULA 6.ª

(Montante de Investimento)

O montante total do Projecto de Investimento é de USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares dos Estados Unidos da América).

CLÁUSULA 7.ª

(Operações de Investimento)

O montante total do Projecto de Investimento previsto na cláusula 6.ª será investido de acordo com as seguintes operações de investimento previstas na Lei do Investimento Privado, a executar pela Investidora:

- a) Aquisição da Participação, através da transferência de fundos do exterior, pelo montante de USD 15.000,00 (quinze mil dólares dos Estados Unidos da América), nos termos das alíneas a) e g) do artigo 12.º da Lei do Investimento Privado;
- b) Subscrição do aumento do capital social da Sociedade, através de novas entradas em dinheiro, no montante de USD 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América), nos termos da alínea g) do artigo 12.º da Lei do Investimento Privado; e
- c) Reforço dos capitais próprios da Sociedade, no montante de USD 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), através de qualquer uma das formas previstas na lei aplicável.

CLÁUSULA 8.ª

(Formas de realização do Investimento Privado)

A Investidora realizará o montante do investimento referido na cláusula 6.ª mediante a importação de fundos próprios do exterior, de acordo com a alínea a) do artigo 13.º da Lei do Investimento Privado.

CLÁUSULA 9.ª

(Formas de financiamento do Projecto)

A Investidora realizará o montante de investimento através de recursos financeiros próprios, não recorrendo, assim, a qualquer forma de endividamento, nomeadamente, acordos de empréstimos com bancos não residentes.

CLÁUSULA 10.ª

(Programa de implementação e desenvolvimento do Projecto)

1. O Projecto de Investimento será implementado no prazo de 18 (dezoito) meses de acordo com o cronograma de implementação constante dos Formulários da Proposta de Investimento Privado, junto como Anexo 3 ao Contrato de Investimento («Cronograma de Implementação do Projecto de Investimento»).

2. Em casos devidamente fundamentados, nos termos do n.º 2 do artigo 70.º da Lei do Investimento Privado, o prazo de início da implementação do Projecto de Investimento pode ser prorrogado pela ANIP após autorização do órgão competente para aprovação do mesmo.

3. Mediante comunicação prévia à ANIP, a Investidora poderá alterar o Cronograma de Implementação do Projecto de Investimento caso ocorra qualquer facto estranho à sua vontade que impeça a execução do Projecto de Investimento nos prazos previstos, nomeadamente, a não obtenção dos licenciamentos relevantes ou a não execução pelo Estado de qualquer outro acto administrativo necessário à implementação do Projecto de Investimento. Neste caso, a Investidora informará à ANIP sobre qual(ais) o(s) facto(s) que impede(m) o cumprimento do Cronograma de Implementação do Projecto de Investimento, bem como da nova calendarização do Projecto de Investimento, passando tal notificação a fazer parte integrante do Contrato de Investimento, considerando-se este, quanto a esta matéria, automaticamente alterado em conformidade.

4. Caso o atraso na implementação do Projecto de Investimento ocorra por facto imputável à Investidora, o Estado compromete-se a, salvo nos casos previstos na Lei do Investimento Privado, não resolver o Contrato de Investimento sem conceder à Investidora o direito a suprir tal atraso, num prazo razoável a acordar entre as Partes, mas que em nenhuma circunstância poderá ser inferior a 180 (cento e oitenta) dias, salvo nos casos previstos na lei.

CLÁUSULA 11.ª

(Termos da proporção e graduação percentual do repatriamento de lucros e dividendos)

1. A partir da data de Implementação Efectiva do Projecto de Investimento, é conferido à Investidora o direito a transferir para o exterior do Território os seguintes montantes,

nos termos e condições da Lei Aplicável, em particular da Lei das Sociedades Comerciais e da Lei do Investimento Privado:

- a) Os dividendos ou os lucros distribuídos, depois de pagos os impostos devidos;
- b) O produto da liquidação dos seus investimentos, incluindo as mais-valias, depois de pagos os impostos devidos;
- c) Quaisquer importâncias que lhes sejam devidas, com dedução dos respectivos impostos, previstas em actos ou contratos que constituam investimento privado, nomeadamente as constantes da alínea c) da cláusula 7.^a do Contrato de Investimento;
- d) O produto de indemnizações e outros montantes semelhantes; e
- e) Royalties ou outros rendimentos de remuneração de investimentos indirectos, associados à cedência de transferência de tecnologia.

2. A repatriação de lucros e dividendos nos termos da alínea a) do anterior número 1, será objectivamente proporcional e graduada, respeitando-se os limites do artigo 20.º da Lei do Investimento Privado, iniciando-se ao final de 3 (três) anos a contar da data de Implementação Efectiva, nos termos do artigo 18.º, n.º 1, alínea a), da Lei do Investimento Privado.

3. Os montantes referidos nas alíneas b) a e) do anterior n.º 1 poderão ser distribuídos pela Investidora para o exterior do território a partir da data de Implementação Efectiva do Projecto de Investimento, nos termos do artigo 18.º, n.º 1, alíneas b) a e), da Lei do Investimento Privado.

4. Sem prejuízo do disposto noutras disposições deste Contrato de Investimento, o Estado garante a emissão de todas as licenças e concede todas as autorizações necessárias em matéria cambial à execução do Projecto de Investimento, nomeadamente no que respeita à importação, remuneração e repatriamento dos capitais com origem no exterior do Território.

CLÁUSULA 12.^a

(Mecanismos de acompanhamento do Projecto de Investimento)

1. Compete à ANIP acompanhar a implementação do Projecto de Investimento nos termos do artigo 71.º da Lei do Investimento Privado. Para esse efeito, a Investidora deverá preencher o formulário previsto na referida disposição legal no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da respectiva recepção.

2. Sempre que seja estritamente necessário para o cabal acompanhamento do Projecto de Investimento, técnicos devidamente certificados pela ANIP poderão inspecionar o local de desenvolvimento das operações objecto deste Projecto de Investimento, bem como a contabilidade da Investidora. Para este efeito, a ANIP deverá notificar por escrito a Investidora da sua intenção, devendo as inspecções realizarem-se nos 30 (trinta) dias subsequentes à data da respectiva notificação.

3. Para efeitos de certificação do requisito previsto no artigo 29.º, n.º 1, alínea c), da Lei do Investimento Privado, o Estado, receberá, anualmente, da Investidora, o relatório anual da sua certificação de contas de onde conste a descrição do investimento efectuado no referido exercício.

CLÁUSULA 13.^a

(Impacto económico e social do Projecto de Investimento)

1. A Investidora prevê que a implementação do Projecto de Investimento tenha o seguinte impacto económico e social, tendo por base a realidade económica, nacional e internacional existente na Data Efectiva, a saber:

- a) Criação de emprego especializado através da geração de 13 postos de trabalho, sendo o investimento nas pessoas e no seu conhecimento determinante para reforçar a competitividade do tecido produtivo local;
- b) O Valor Acrescentado Bruto (VAB) do Projecto de Investimento tem um valor total de USD 4.164.780 (quatro milhões cento e sessenta e quatro mil setecentos e oitenta dólares dos Estados Unidos da América), considerando um horizonte temporal de 5 (cinco) anos, sendo o VAB médio por trabalhador de cerca de USD 73.348 (setenta e três mil trezentos e quarenta e oito dólares dos Estados Unidos da América);
- c) Desenvolvimento de academias de formação local com o objectivo de formar e certificar técnicos em TI de comunicações com reconhecimento internacional. Para o efeito, a Investidora prevê o estabelecimento de parcerias com diversas universidades; e
- d) Reforço de e contribuição para a balança de transacções externas através de um contributo significativo para as respectivas exportações.

2. As Partes acordam que a inviabilidade técnica, económica e financeira do Projecto de Investimento e/ou a não verificação do respectivo impacto social e económico tal como previsto no Estudo de Viabilidade Técnica, Económica e Financeira não constitui incumprimento do Contrato de Investimento, nem fundamento para a modificação ou revogação de qualquer incentivo, ou para a renegociação do Contrato de Investimento, sempre que a mesma tenha sido causada por uma alteração da realidade social, política e económica, nacional e internacional, existente na Data Efectiva no Território.

CLÁUSULA 14.^a

(Impacte Ambiental do Projecto de Investimento)

1. No cumprimento do previsto na Lei n.º 5/98, de 19 de Junho, e demais legislação ambiental em vigor que for aplicável, a Investidora obriga-se a:

- a) Salvar o meio ambiente, em matérias de ruídos, gases, fumos, poeira, gestão de resíduos e efluentes;

- b) Permitir que as autoridades competentes procedam a inspecções ou estudos para aferir a regularidade ambiental das actividades de construção e operação e das instalações dos equipamentos; e
- c) Participar ao Ministério do Ambiente quaisquer ocorrências anómalas de natureza poluente ou com efeitos negativos sobre o ambiente.

2. A Investidora garante que, de acordo com a Lei Aplicável, a implementação do Projecto de Investimento não causará qualquer impacte ambiental, e, como tal, a Investidora está isenta pelo Estado de realizar um estudo de impacte ambiental e/ou requerer licenciamento ambiental para o exercício da actividade da Sociedade.

CLÁUSULA 15.ª

(Força de trabalho, plano de formação e plano de substituição)

1. A Investidora, através da Sociedade, compromete-se, nos termos do Contrato de Investimento, a contratar, de acordo com o artigo 72.º da Lei do Investimento Privado, trabalhadores angolanos, garantindo-lhes formação e condições salariais e sociais compatíveis com a sua qualificação.

2. A Investidora, através da Sociedade, irá, nos primeiros 5 (cinco) anos após a aprovação do Projecto de Investimento, criar um total de 13 (treze) postos de trabalho, dos quais 10 (dez) serão preenchidos por trabalhadores locais e 3 (três) por trabalhadores estrangeiros, conforme consta do Plano de Formação da Mão-de-Obra Nacional e do Plano de Substituição Gradual da Força de Trabalho Expatriada, elaborados pela Investidora no estrito cumprimento do artigo 72.º da Lei do Investimento Privado e da lei aplicável.

3. Durante a implementação do Projecto de Investimento, a Investidora, através da Sociedade, cumprirá com as seguintes leis laborais, na medida que sejam aplicáveis:

- a) Decreto n.º 31/94, de 5 de Agosto (Saúde e Segurança no Trabalho);
- b) Decreto n.º 7/95, de 7 de Abril (Mão-de-Obra Expatriada e Angolana);
- c) Decreto Executivo n.º 8/96, de 9 de Fevereiro (Vistos de Trabalho);
- d) Decreto Executivo n.º 21/98, de 30 de Abril (Comissões de Prevenção de Acidentes de Trabalho);
- e) Lei n.º 2/00, de 11 de Fevereiro (Lei Geral do Trabalho);
- f) Decreto n.º 6/01, de 19 de Janeiro (Condições de Mão-de-Obra Expatriada);
- g) Decreto n.º 70/01, de 5 de Outubro (qualificadores operacionais);
- h) Decreto Executivo n.º 80/01, de 28 de Dezembro (Contratos de Trabalho por Tempo Indeterminado e por Tempo Determinado);
- i) Decreto n.º 53/05, de 15 de Agosto (Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais);

- j) Lei n.º 2/07, de 31 de Agosto (Regime Jurídico dos Estrangeiros); e
- k) Decreto Presidencial n.º 108/11, de 25 de Maio (Regime Jurídico dos Estrangeiros).

CLÁUSULA 16.ª

(Apoio institucional do Estado)

1. De acordo com o permitido pela Lei Aplicável, e sem prejuízo de outras disposições deste Contrato de Investimento, o Estado compromete-se a apoiar a Investidora na execução do Projecto de Investimento, obrigando-se a praticar todos os actos necessários para o efeito, procedendo, nomeadamente, à pronta emissão de declaração/comprovativo a atestar a aprovação do Projecto de Investimento e, nessa medida, seja localmente, seja perante as respectivas missões diplomáticas e consulares da República de Angola fora do Território, a diligenciar junto dos Serviços de Migração e Estrangeiros com vista à concessão de vistos a favor dos representantes ou procuradores da Investidora indicados no Anexo 5 ao Contrato de Investimento, à emissão de vistos de trabalho, bem como à emissão de todos os licenciamentos necessários ao desenvolvimento da actividade da Sociedade no Território.

2. As Partes acordam que, para a implementação do Projecto de Investimento, a Investidora necessita que sejam prestados serviços especializados, nomeadamente, serviços administrativos, tecnológicos e técnicos, tais como, serviços de marketing, acções de formação, reporting financeiro, suporte de encomendas, entre outros. Para o efeito, o Estado compromete-se a apoiar a Investidora perante todas e quaisquer entidades competentes para a emissão das licenças e autorizações que, nos termos da lei aplicável, sejam necessárias para o efeito, contanto que os respectivos contratos respeitem os termos e condições previstos no Decreto-Lei n.º 273/11, de 27 de Outubro, e observem o disposto na Directiva n.º 1/12, do Departamento de Controlo Cambial do BNA.

3. Salvo o previsto em disposições legais imperativas da lei aplicável, o Estado praticará os actos previstos no anterior n.º 2 no prazo previsto na Lei Aplicável, ou, caso este não exista, num prazo razoável, dias a contar da data em que a execução dos mesmos seja requerida Investidora.

CLÁUSULA 17.ª

(Direitos e obrigações das Partes)

1. A Investidora e a Sociedade beneficiam de todas as garantias e protecção de investimento privado previstas no Contrato de Investimento e na lei aplicável, nomeadamente as que resultam da Lei do Investimento Privado.

2. As Partes e a Sociedade obrigam-se a cumprir todas as obrigações e exercer os seus direitos previstos pelo Contrato de Investimento e pela Lei Aplicável dentro dos ditames da boa-fé.

3. Se, após a Data Efectiva, a Lei Aplicável for alterada, aprovada uma nova lei e/ou adoptada qualquer medida administrativa que, de modo desfavorável, afecte ou possa afectar

os direitos da Investidora, as Partes acordam em renegociar os termos e condições do Contrato de Investimento para garantir a protecção de tais direitos, podendo, em alternativa, a Investidora, querendo, optar pela sua resolução. Se a renegociação fracassar, as Partes poderão optar, querendo, por reclamar os prejuízos em que incorreram e/ou pela resolução do Contrato de Investimento.

4. O exercício de qualquer direito reconhecido à Investidora e/ou à Sociedade, poderá ser exercido individual ou conjuntamente.

5. O não exercício de qualquer direito ou a renúncia ao mesmo por qualquer uma das Partes, nos termos da Lei Aplicável, não poderá ser interpretado como não exercício ou renúncia ao exercício de qualquer outro direito previsto neste Contrato de Investimento e/ou na Lei Aplicável.

CLÁUSULA 18.^a
(Lei aplicável)

O Contrato de Investimento rege-se pela lei aplicável.

CLÁUSULA 19.^a
(Incumprimento e sanções)

Caso a Investidora incumpra o previsto no Contrato de Investimento ou na Lei do Investimento Privado, o Estado poderá aplicar as sanções previstas no Contrato de Investimento e na Lei do Investimento Privado.

CLÁUSULA 20.^a
(Resolução de conflitos)

1. Quaisquer litígios que surjam entre as Partes relativos à validade, interpretação, execução, alteração ou eficácia do Contrato de Investimento, bem como os relativos à interpretação e aplicação da Lei Aplicável, serão resolvidos por via arbitral, de acordo com o previsto no n.º 4 do artigo 53.º da Lei do Investimento Privado e na Lei Sobre a Arbitragem Voluntária.

2. O Tribunal Arbitral será constituído por 3 (três) árbitros, sendo um designado pelo demandante, o segundo, pelo demandado e o terceiro, que desempenhará a função de presidente, escolhido por acordo entre os árbitros nomeados pelo demandante e demandado. Se os árbitros nomeados pelo demandante e demandado não chegarem a acordo quanto à pessoa a designar para terceiro árbitro, o terceiro árbitro será designado nos termos previstos da Lei da Arbitragem Voluntária.

3. O Tribunal Arbitral funcionará em Luanda e a lei aplicável deverá ser empregada nos procedimentos arbitrais e na decisão do mérito da disputa.

4. A arbitragem será conduzida em língua portuguesa, porém, se possível e necessário, será conduzida em língua inglesa.

5. Os acórdãos, ordens ou decisões do Tribunal Arbitral serão finais, vinculativos e irrecorríveis. As Partes, desde já, renunciam e não poderão invocar qualquer imunidade ou privilégio de que possam gozar relativamente aos acórdãos, ordens ou decisões do Tribunal Arbitral e comprometem-se a prontamente cumprir com as mesmas nos seus precisos termos comprometem-se a cumprir prontamente os mesmos nos termos precisos em que foram proferidos.

CLÁUSULA 21.^a
(Língua do contrato e exemplares)

O Contrato de Investimento foi redigido em língua portuguesa e assinado pelos representantes das Partes em 3 (três) exemplares originais.

CLÁUSULA 22.^a
(Força Maior)

1. Se, em resultado de um evento de força maior, qualquer Parte ficar impossibilitada de, no todo ou em parte, cumprir com as suas obrigações previstas neste Contrato de Investimento, a Parte afectada, mediante notificação às outras Partes, poderá suspender o cumprimento das suas obrigações, se e na medida em que aquele evento afecte o seu cumprimento.

2. Para efeitos deste Contrato de Investimento, força maior significa qualquer evento fora do controlo razoavelmente, estado de guerra, declarado ou não, rebeliões ou motins, catástrofes naturais, fogos, tremores de terra, contínuas comunicações e acidentes inevitáveis.

3. A Parte que declare uma situação de força maior deverá notificar as outras Partes do mesmo num prazo razoável, a contar da data da ocorrência dos factos invocados, mantendo estas informadas sobre todos os factos relevantes. Na notificação, a Parte afectada, deverá descrever de forma detalhada o evento de força maior e o período de tempo necessário previsível para remediar a situação em que se encontra.

4. A Parte afectada desenvolverá, de forma diligente, todos os esforços razoáveis para solucionar ou evitar a situação de força maior.

5. Quando a situação de força maior apenas atrase o cumprimento no tempo de uma obrigação, o prazo previsto por este Contrato de Investimento, para o seu cumprimento ou exercício de qualquer direito ou obrigação decorrente do mesmo ou, se aplicável, o prazo de vigência deste Contrato de Investimento, será suspenso até que a situação que existia antes do evento de força maior seja restabelecida. A referida suspensão só terá lugar em relação à Parte do Contrato de Investimento afectada pelo evento de força maior.

6. Se a situação de força maior durar, ou seja razoavelmente antecipado que dure, por mais de 180 (cento e oitenta) dias, as Partes reavaliarão os termos deste Contrato de Investimento e decidirão se o mesmo deverá continuar ou ser resolvido em face das novas circunstâncias.

CLÁUSULA 23.^a
(Acordo integral, anexos e comunicações)

1. O Contrato de Investimento, os seus Anexos e o CRIP contêm todos os direitos e obrigações assumidos pelas Partes no âmbito do Projecto de Investimento e prevalecem sobre quaisquer outros acordos ou entendimentos, orais ou escritos, de sentido diverso.

2. Havendo contradições entre os termos do Contrato de Investimento e do CRIP, prevalecerão as Cláusulas do primeiro. No caso de incorrecção do CRIP por causa imputável à ANIP, a ANIP obriga-se a proceder à sua alteração ou, em alternativa, à emissão de um novo CRIP, no prazo previsto na Lei Aplicável, ou, caso este não exista, num prazo razoável.

vel, da notificação que lhe seja dirigida pela Investidora, nos termos do número 6 infra.

3. Qualquer alteração ao Contrato de Investimento e/ou ao CRIP, para ser válida, terá que constar de documento escrito e assinado pelas Partes.

4. O Contrato de Investimento e o CRIP não poderão ser interpretados e/ou invocados separadamente entre as Partes e/ou perante terceiros.

5. Fazem parte integrante do Contrato de Investimento os seguintes Anexos:

Anexo 1 — Plano de Formação da Mão-de-Obra Nacional;

Anexo 2 — Plano de Substituição Gradual da Força de Trabalho Expatriada;

Anexo 3 — Cronograma de Implementação do Projecto de Investimento.

6. Todas as notificações ou comunicações efectuadas entre as Partes ao abrigo do Contrato de Investimento serão entregues pessoalmente, por correio postal ou fax desde que provido da confirmação por escrito de transmissão completa para os seguintes endereços ou número de fax:

a) Estado, representado pela ANIP:

Morada: Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, 9.º,
Edifício do Ministério da Indústria, Luanda,
Angola

Fax: +244 39 33 81.

b) Investidora:

Morada: (1118BH) Schiphol, Holanda, Schiphol
Boulevard 231, Holanda

Morada: Rua Major Kanhangulo, n.º 290, 1.º andar,
Direito

Fax: 222 372 017.

7. Qualquer alteração aos endereços acima referidos terá de ser comunicada, por escrito, às restantes Partes do Contrato de Investimento, com uma antecedência mínima de 3 (três) dias em relação à data em que a alteração produzir efeitos.

8. As comunicações ao abrigo do Contrato de Investimento serão efectuadas por carta ou fax e ter-se-ão por realizadas no dia da sua entrega, ou no dia útil seguinte, caso o dia da entrega não seja dia útil.

CLÁUSULA 24.ª

(Entrada em vigor)

O presente Contrato entra em vigor na data da sua assinatura pelas Partes.

Este Contrato de Investimento representa o acordo das Partes sobre todas as matérias acima referidas e será devidamente assinado pela sua representante autorizada.

Luanda, aos 26 de Julho de 2013.

Pela República de Angola, a Agência Nacional para o Investimento Privado, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

Pela Prologica International, B. V., *Idalett Sousa*.

ANEXO — I

Plano de Formação da Mão-de-Obra Nacional

Categoria Profissional	Número de Aprendiz	Cargo do Instrutor	Tipo de Formação	Local da Formação	Duração da Formação	Duração		Custos Anuais Totais por Categoria Profissional
						Início	Fim	
Consultor Soluções SW	1	Engenheiro	Formação Certificada Internacional	Angola	4 Semanas	Ano 1	Ano 1	USD 10.000,00
Técnicos de Software	4	Formação Técnica ou Formação Superior Eng./Matemática	Formação Certificada Internacional	Angola e Europa	12 Semanas cada Aprendiz	Ano 1	Ano 2	USD 50.000,00
Administrativa	1	Formador Profissional	Gestão de Processos e Qualidade	Angola	5 Semanas	Ano 1	Ano 1	USD 5.000,00

A informação supra relativa ao Plano de Formação Profissional demonstra, conjuntamente com a informação mais desenvolvida constante, nomeadamente, dos pontos 2.1.1 a 2.1.5 do Estudo de Viabilidade, a estratégia formativa que a Investidora, através da Sociedade, se propõe promover de modo a habilitar e preparar os seus trabalhadores nacionais para o desempenho autónomo e eficaz das respectivas funções, capacitando-os com níveis técnicos adequados, bem como alunos finalistas de instituições de ensino em Angola, conforme mais bem descrito no Estudo de Viabilidade Técnica, Económica e Financeira. Com excepção do motorista que será contratado, e que se encontra incluído no quadro 8.2 supra

na categoria de “Operário não Especializado”, todos os outros trabalhadores terão formação adequada.

Atenta a actividade da Sociedade e a reconhecida capacidade da Investidora na prestação de formação, que inclui a criação da “Academia Prológica”, parte da formação será ministrada internamente por chefias e especialistas devidamente qualificados e credenciados, que asseguram a transmissão de conhecimentos, métodos e práticas que não estão disponíveis fora da organização.

Conforme consta do Estudo de Viabilidade Técnica, Económica e Financeira a partilha de conhecimento e de *know-how* pela Investidora, pode resumir-se da seguinte forma:

Formação Intensiva Através da "Academia Prologica"	Onjob Training	Remote Learning & Testing Support
Frequência de formação "curricular" intensiva multidisciplinar, integrante do processo de acolhimento de cada colaborador, com a realização de testes finais. Adicionalmente, formação específica, de acordo com cada perfil comercial técnico, recomendada pela Microsoft (poderá incluir a realização de exames e a obtenção de certificações)	Passagem de conhecimento por recursos seniores – pedagogicamente preparados para esse efeito – no decurso da execução das funções. Esta formação está alinhada com o nível anterior mas possui uma componente prática mais forte.	Apoio pós-formação, quer através de um portal web criado para o efeito, com exercícios, casos práticos, manuais e FAQs, através de webcasts/conference calls destinadas a consolidar as capacidades de cada colaborador.

ANEXO — II

Plano de Substituição Gradual da Força de Trabalho Expatriada

Cargo	Ano 1			Ano 2			Ano 3			Ano 4			Ano 5		
	Nac.	Exp.	Total	Nac.	Exp.	Total	Nac.	Exp.	Total	Nac.	Exp.	Total	Nac.	Exp.	Total
Director Geral		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1
Equipa de Suporte	2		2	2		2	2		2	2		2	2		2
Responsável Pré-Venda		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1
Técnicos Informáticos	5		5	5		5	6		6	7		7	8		8
Responsável Comercial		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1

ANEXO — III

Cronograma de Implementação do Projecto de Investimento

Acções a Executar	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Aprovação do Projecto de Investimento pela ANIP e emissão da Licença de Importação de Capitais ("LIC") pelo BNA	X				
Importação de fundos durante o prazo de validade da LIC.	X				
Aquisição da Participação e aumento do capital social da Sociedade	X	X			
Realização de quaisquer actos ou contrato que configurem operações de investimento externo e que se destinem a financiar e capitalizar a Sociedade.	X				
Início de Implementação do Plano de Formação Profissional.	X				
Início do período de exploração.	X				

Pela República de Angola, a Agência Nacional para o Investimento Privado, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.
Pela Prologica International, B. V., *Idalett Sousa*.

Resolução n.º 25/14
de 26 de Junho

Considerando que a «Mussulo, S. A.», uma sociedade constituída e existente ao abrigo da lei portuguesa, entidade não residente cambial, com sede na Estrada de Nelas Km 1,2 Viseu — Portugal, na qualidade de investidor privado externo, apresentou ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado) uma Proposta de investimento externo.

Considerando que no âmbito desta proposta, pretende-se adquirir uma participação social de 99% das quotas da sociedade denominada «Bellmáquinas, Limitada», cuja actividade principal consistirá na comercialização de equipamentos agro-industriais e assistência técnica.

Considerando que, o Governo da República de Angola está empenhado em promover projectos de investimentos que visam a prossecução de objectivos económicos e sociais de interesse público, nomeadamente, diversificação da economia, prestação de serviços nos diversos sectores económicos, assim como a melhoria da qualidade de vida das popula-

ções, aumento de infra-estruturas industriais, o aumento do emprego, bem como o fomento do empresariado angolano.

Nos termos das disposições combinadas do n.º 1 do artigo 60.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado), e do artigo 13.º do Estatuto Orgânico da ANIP (aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 113/11, de 2 de Junho), o Conselho de Administração da Agência Nacional para o Investimento Privado, emite a seguinte Resolução:

1.º — É aprovado o Contrato de Investimento da Proposta denominada «Bellmáquinas, Limitada» no valor global de USD 1.367.000,00 (um milhão, trezentos e sessenta e sete mil dólares dos Estados Unidos da América) e o seu Regime Contratual.

2.º — A presente Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Vista e aprovada pelo Conselho de Administração da ANIP, em Luanda, aos 12 de Setembro de 2013. — Presidente do Conselho de Administração, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

CONTRATO DE INVESTIMENTO PRIVADO BELL MÁQUINAS, LIMITADA

Contrato de Investimento

Entre:

O Estado da República de Angola, aqui representado pela Agência Nacional para o Investimento Privado, adiante designada abreviadamente por («ANIP»), nos termos da delegação de competências prevista no n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, («Lei do Investimento Privado»), por sua vez aqui representada pela sua Presidente do Conselho de Administração, Maria Luísa Perdigão Abrantes;

E

«Mussulo, S. A.», uma sociedade constituída e existente ao abrigo da lei portuguesa, investidor externo e entidade não residente cambial, com sede na Estrada de Nelas Km 1,2 Viseu — Portugal, pessoa colectiva e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Viseu, (doravante designado Investidor Privado), neste acto representada por José Cesário, portador do Passaporte n.º M447902 emitido pelo SEF — Serviços de Estrangeiros e Fronteiras aos 19 de Dezembro de 2012, na qualidade de Administrador, com poderes para o acto.

O «Investidor» e o «Estado» quando referidos conjuntamente serão referidos como «Partes».

Considerando que:

- Nos termos da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado), a ANIP é o órgão do Estado encarregue de: i) executar a política nacional em matéria de investimento privado, ii) promover, coordenar e supervisionar os investimentos privados em curso em Angola e iii) representar o Estado angolano em contratos de investimento a serem celebrados entre este e investidores nacionais e estrangeiros;
- O Executivo angolano tem como estratégia de médio e longo prazo dinamizar as prestadoras de serviços do País;
- O investidor pretende adquirir 99% das quotas do capital social da sociedade denominada «Bell máquinas, Limitada», com sede em Malanje, cujo objecto social consistirá na prestação de serviços de apoio agrícola, designadamente a comercialização de equipamentos agro-industriais e assistência técnica.

As Partes acordam livremente e de boa-fé celebrar o presente contrato de investimento (juntamente com os seus anexos, doravante denominado como o «Contrato»), que se rege pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.ª (Natureza e objecto do Contrato)

- O Contrato tem natureza administrativa.
- O presente Contrato tem como objecto a aquisição de 99% das quotas do capital social da sociedade denominada «Bell máquinas, Limitada», cuja actividade principal consistirá na comercialização de equipamentos agro-industriais e assistência técnica.

CLÁUSULA 2.ª (Localização do Investimento e regime jurídico dos bens do Investidor)

- O investimento terá a sua localização na Província de Malanje, Rua Afonso de Albuquerque, n.º 263, (Rua do Bispo), Zona de Desenvolvimento B.
- Os bens de equipamentos, máquinas, acessórios e outros bens fixos corpóreos a serem edificados pelo investidor para integrarem o Projecto de Investimento «Bell máquinas, Limitada», constituirão e estarão sob o regime de propriedade privada do mesmo projecto.

CLÁUSULA 3.ª (Prazo e denúncia do Contrato)

- O Contrato permanecerá em vigor por tempo indeterminado.
- Qualquer das partes poderá denunciar o contrato, mediante aviso prévio por escrito, com antecedência de pelo menos 6 meses.

CLÁUSULA 4.ª (Objectivo do Projecto de Investimento)

As actividades da sociedade relacionadas com o Projecto de Investimento, objecto do presente Contrato, pretendem atingir os objectivos económicos e sociais, a saber:

- Incentivar o crescimento económico;
- Aumentar a capacidade produtiva nacional ou elevar o valor acrescentado;
- Induzir a criação de novos postos de trabalho para trabalhadores nacionais e a elevação da qualificação de mão-de-obra Angolana;
- Obter a transferência de tecnologia e aumentar a eficiência produtiva.

CLÁUSULA 5.ª (Sociedade executora e gestora do Projecto)

A gestão e execução do projecto serão efectuadas directamente pela Sociedade Executora e Gestora do Projecto em estreita conformidade com as condições de autorização prevista no presente contrato de investimento e demais legislação aplicável.

CLÁUSULA 6.ª (Condições de exploração e gestão)

- O prazo de início de execução do Projecto é imediatamente após obtenção do licenciamento.

2. No âmbito da execução e gestão da implementação do projecto, a ANIP realizará visitas ao empreendimento, com vista à verificação física da execução do empreendimento, ficando as partes obrigadas a reunirem periodicamente, sempre que necessário.

CLÁUSULA 7.^a
(Montante do Investimento)

1. No âmbito da implementação e desenvolvimento do projecto, o investimento global é de USD 1.367.000,00 (um milhão, trezentos e sessenta e sete mil dólares norte-americanos).

2. O valor previsto para o investimento no projecto destina-se às operações inseridas no quadro do empreendimento, não podendo ser aplicado de forma ou para finalidade não prevista nem desviar-se do objecto nos termos deste contrato.

CLÁUSULA 8.^a
(Operações de Investimento)

Para a implementação do Projecto e cumprimento do objecto social proposto, as operações de investimento que o investidor irá realizar, traduzir-se-ão em operações de investimento externo, nos termos das alíneas a), b), e c) do artigo 12.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

CLÁUSULA 9.^a
(Formas de realização do Investimento)

1. Para o efeito do presente Contrato, a realização do investimento que se pretende será feito, da seguinte forma:

a) Investimento externo nos termos da alínea a), e e) do artigo 13.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio ou seja realizado sob a forma de transferência de fundos próprios do exterior no valor de 1.000.000,00 (um milhão de dólares);

b) Investimento externo nos termos da alínea d) do artigo 13.º da Lei 20/11, de 20 de Maio ou seja realizado sob a forma de importação de máquinas, equipamentos, acessórios e outros meios fixos corpóreos no valor de USD 367.000,00 (trezentos e sessenta e sete mil dólares).

2. O Investidor no quadro da implementação e desenvolvimento do investimento, objecto do presente Contrato, poderá nos termos da Lei do Investimento Privado, solicitar junto da ANIP, alterações da forma de realização do investimento bem como aumentos de capitais de investimento, com vista à realização e êxito do Projecto.

CLÁUSULA 10.^a
(Formas de financiamento do Projecto)

O valor global do investimento será financiado com recurso à transferência de fundos próprios do exterior.

CLÁUSULA 11.^a
(Cronograma de implementação e desenvolvimento do Projecto)

O projecto de investimento será completamente implementado no prazo de 12 meses, nos termos do cronograma de implementação anexo ao presente contrato de investimento.

CLÁUSULA 12.^a
(Proporção e graduação percentual do repatriamento dos lucros e dividendos)

O investidor fica desde já autorizado a efectuar o repatriamento dos lucros e dividendos, transcorridos 3 (três) anos após a implementação efectiva do Projecto de investimento externo, de acordo com o disposto nos artigos 18.º, 19.º e n.º 1 a) do artigo 20.º da Lei do Investimento Privado.

CLÁUSULA 13.^a
(Impacto económico do Projecto)

1. Com a aprovação pretende-se a implementação do Projecto que trará mais-valias para a economia angolana desde a melhoria dos serviços no sector, incentivar o crescimento da economia e promover o bem-estar da população Angolana.

2. Prevê-se com a aprovação deste projecto o crescimento do sector comercial o que impulsionará a ascensão da economia nacional, contribuindo assim com mais valor aos serviços em Angola.

3. Com a introdução do valor do investimento, o investidor irá igualmente contribuir para o aumento das disponibilidades cambiais e para o equilíbrio da balança de pagamentos, uma vez que só serão transferidos para o exterior os dividendos do investidor estrangeiro, reservando-se o restante para aquisição de equipamentos no exterior do país que deverão ser considerados despesas de investimento do investidor.

4. O projecto apresenta como indicador económico o seguinte valor no ano 1: USD 1.152.139 e no ano 10 o valor de USD 2.724.214.

CLÁUSULA 14.^a
(Impacto social do projecto)

1. No âmbito do Projecto a implementar que cuja sede localizará em Malanje, o Investidor pretende constituir a sua equipa empregando maioritariamente cidadãos angolanos contribuindo com a orientação e formação inicial, desenvolvimento de competências de angolanos na área de investigação geológica e operação de equipamentos e tecnologias mais avançadas.

2. A «Bellmáquinas, Limitada», pretende a criação de postos de trabalho para angolanos o que trará mais-valias para o crescimento económico-social de Angola, contribuindo através da renda na redução da pobreza e na melhoria do bem-estar dos angolanos, desenvolvendo e expandindo a competência de trabalhadores angolanos.

3. O início operacional do Projecto será realizado por etapas, com manutenção dos trabalhadores existentes e criação de 33 trabalhadores angolanos.

CLÁUSULA 15.^a
(Impacte ambiental)

O Investidor obriga-se a implementar o projecto de investimento de acordo com a Lei de Bases do Ambiente n.º 5/98, de 19 de Junho, Decreto n.º 51/04, de 23 de Julho, Decreto n.º 59/07, de 13 de Julho e demais legislação ambiental em vigor que for aplicável, em particular no que diz respeito a:

- Salvaguarda do meio ambiente, em matéria de ruídos, gases, fumos, poeira, gestão de resíduos e efluentes;
- Permitir que as autoridades competentes procedam as inspecções ou estudos para aferir a regularidade ambiental das actividades de construção e operação, das instalações dos equipamentos no terminal;
- Assegurar o adequado tratamento das águas residuais e dos resíduos sólidos, que abranja todos os sub-projectos; e
- Participar ao Ministério do Ambiente, quaisquer ocorrências anómalas de natureza poluente ou com efeitos negativos sobre o meio ambiente.

CLÁUSULA 16.^a
(Força de trabalho e plano de formação)

O Projecto prevê a admissão e formação de novos trabalhadores, conforme quadro de pessoal constante do Estudo de Viabilidade Económica, constituindo obrigação da «Bellmáquinas, Limitada» o seguinte:

- Cumprimento das normas do Decreto n.º 5/95, de 7 de Abril, sobre o emprego de força de trabalho qualificada estrangeira não residente e força de trabalho nacional;
- Criação de novos postos directos de trabalho em número estimativo de pessoas, sendo 33 nacionais e 6 expatriados. A «Bellmáquinas, Limitada», prevê um aumento do recrutamento em função do incremento da actividade;
- Cumprimento do plano de formação e capacitação da força de trabalho nacional;
- A «Bellmáquinas, Limitada», celebrará contratos de seguro de trabalho, acidentes e doenças profissionais a favor dos trabalhadores e cumprirá com as obrigações da segurança social.

CLÁUSULA 17.^a
(Mecanismos de acompanhamento do Projecto de Investimento)

1. Sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento da realização dos investimentos preconizados, a serem efectuados pela ANIP, no quadro do disposto na Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, os Órgãos do Governo procederão, nos termos e

forma legalmente prevista, à fiscalização sectorial corrente, ao acompanhamento e supervisão de toda a execução do projecto.

2. O Investidor fornecerá aos técnicos da ANIP, devidamente credenciados, dados e elementos que proporcione o cabal acompanhamento e fiscalização das actividades que possua de natureza técnica, económica, financeira ou outra, que se julgue conveniente, ao desempenho da sua missão.

3. No quadro do desenvolvimento do Projecto de investimento autorizado, o alargamento do objecto da sociedade veículo do Projecto, os aumentos de capitais para o investimento bem como as cessões de participações sociais contratuais e demais alterações das condições de autorização, em conformidade com a Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, devem ser autorizados pela ANIP.

4. De acordo com o Cronograma de Implementação e Execução do Projecto que constitui anexo ao presente Contrato de investimento, o Investidor, sem prejuízo do estipulado no n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, deverá elaborar e apresentar à ANIP relatórios trimestrais, no período de investimento e anual, no período de exploração, com todos os dados relevantes, contendo a descrição circunstanciada dos trabalhos apurados e indicadores técnicos e económicos realizados, bem como outros elementos de síntese que se afigurem relevantes.

5. Sempre que necessário as Partes poderão solicitar a realização de reuniões de balanço, no quadro da implementação e execução do Projecto de Investimento autorizado.

6. As notificações ou comunicações entre as Partes, no âmbito do presente Contrato de investimento só se consideram validamente realizadas se forem efectuadas por escrito e entregues pessoalmente ou enviadas por correio, correio electrónico (E-mail) e fax para os seguintes endereços:

a) ANIP:

Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, Edifício do Ministério da Indústria, 9.º andar Luanda-Angola

Telefones: (+244) 222 391 434 / 331 252

Fax: (+244) 222 393 381 / 393 833

Caixa Postal: 5465

E-mail: geral@anip.co.ao

b) Investidor:

Rua Afonso de Albuquerque n.º 263 (Rua do Bispo), Malanje.

Telefone: (+244) 935 981 604 – Malanje / 918 491 513 – Luanda

E-mail: BELLMAQUINAS@Outlook.com

7. Qualquer alteração aos endereços acima indicados deverá ser prontamente comunicada, por escrito, à outra Parte.

CLÁUSULA 18.^a
(Apoio institucional do Estado)

As instituições públicas angolanas, que compõem a Comissão de Negociação de Facilidades e Incentivos

(CNFI), de acordo com as suas competências e no alcance do interesse socioeconómico do País, comprometem-se a apoiar o licenciamento das actividades a serem exercidas no âmbito do Projecto, em conformidade com os procedimentos estabelecidos, a saber:

- a) ANIP, órgão competente para aprovar o investimento e intervir sempre que necessário for junto dos organismos intervenientes para a implementação do Projecto;
- b) Ministério do Comércio, conceder apoio para o licenciamento que se mostrar necessário no âmbito do Projecto;
- c) BNA — Departamento de Controlo Cambial e Transacções Correntes, emitir as licenças de importação dos capitais autorizados, dividendos e outros lucros distribuídos e resultados da liquidação, nos termos legalmente estabelecidos.

CLÁUSULA 19.ª

(Direitos e deveres do Investidor)

1. É constitucionalmente garantido ao investidor, em Angola, pelos princípios que formam a ordem jurídica, política e económica angolana, independentemente da origem do capital, um tratamento justo, não arbitrariamente discriminatório e equitativo, nos termos da Lei do Investimento Privado, nomeadamente:

- a) O acesso aos Tribunais para a defesa e protecção dos direitos;
- b) O direito de denúncia junto do Ministério Público de quaisquer irregularidades, ilegalidades e actos de improbidade em geral que atentem directa ou indirectamente contra os seus interesses económicos;
- c) O pagamento de uma indemnização justa, pronta e efectiva, cujo montante é determinado de acordo com as regras de direito aplicáveis, caso os bens objecto do projecto de investimento sejam expropriados;
- d) A garantia do direito de propriedade industrial sobre toda a criação intelectual;
- e) Garantia dos direitos de posse, uso e aproveitamento titulado da terra, bem como sobre outros recursos dominiais;
- f) Não interferência pública na gestão das empresas privadas, excepto nos casos expressamente previstos na lei;
- g) Não cancelamento de licenças sem o respectivo processo administrativo ou judicial;
- h) Garantia de transferência para o exterior dos lucros e dividendos, indemnizações, ou outros rendimentos de remuneração de investimentos indirectos;

- i) O direito de importação directa de bens do exterior e a exportação autónoma de produtos produzidos pelo investidor;
- j) Exportação de capitais e invisíveis correntes nos termos da Lei do Investimento Privado e legislação cambial vigente;
- k) Exportação de capitais necessários ao cumprimento de obrigações relacionadas com o pagamento de importações e serviços, bem como ao reembolso do financiamento, acrescido dos juros devidos nos prazos estabelecidos nos respectivos contratos, caso seja necessário.

2. O Investidor é obrigado a respeitar a Lei do Investimento Privado e demais legislação aplicável e regulamentos em vigor na República de Angola, bem como compromissos contratuais, sujeitando-se às penalidades neles definidas.

3. O Investidor é, em especial, obrigado a respeitar os deveres específicos do investidor privado, previstos no artigo 24.º da Lei do Investimento Privado.

CLÁUSULA 20.ª

(Lei aplicável)

O presente Contrato rege-se pela lei vigente em Angola.

CLÁUSULA 21.ª

(Estabilidade do Contrato)

Caso, após o início da execução do Projecto ocorra alguma alteração na legislação Angolana ou caso seja aprovada nova legislação ou ainda no caso de serem adoptadas medidas administrativas que tenham um impacto negativo nas circunstâncias mediante as quais o Investidor, decidiu implementar o Projecto de investimento, ou que possa ser susceptível de afectar os direitos, obrigações ou benefícios concedidos pelo presente contrato de investimento e legislação acerca do Investimento Privado, ao investidor fica reservado o direito de (i) negociar com o Estado adendas ao Contrato de investimento, de forma a restaurar o equilíbrio original do Contrato ou (ii) rescindir o presente Contrato de investimento.

CLÁUSULA 22.ª

(Resolução de litígios)

1. Quaisquer litígios ou divergências relativos à validade, interpretação, cumprimento, alteração ou vigência do presente Contrato de Investimento, bem como sobre a interpretação e aplicação de quaisquer leis, decretos, regulamentos ou decisões com impacto sobre o mesmo, que surjam entre o Estado e o Investidor Privado será submetido a arbitragem nos termos da Lei n.º 16/03, de 25 de Julho.

2. O Tribunal Arbitral será constituído por 3 (três) árbitros, sendo um designado pelo(s) demandante(s), o segundo pelo(s) demandado(s) e o terceiro, que desempenhará a função de presidente, escolhido por acordo entre os árbitros nomeados pelo(s) demandante(s) e demandado(s). Se

árbitros nomeados pelo(s) demandante(s) e demandado(s) não chegarem a acordo quanto à pessoa a designar para terceiro árbitro, o terceiro árbitro que desempenhará a função de Presidente do Tribunal Arbitral, cooptado por aqueles.

3. O Tribunal Arbitral funcionará em Luanda, Angola, e decidirá segundo a lei angolana.

4. A arbitragem será conduzida em língua portuguesa.

5. Os acórdãos, ordens ou decisões do tribunal arbitral são finais, vinculativos e irrecorríveis. As Partes, desde já, renunciam ao direito de invocar qualquer imunidade ou privilégio de que possam gozar relativamente aos acórdãos, ordens ou decisões do tribunal arbitral e comprometem-se a prontamente cumprir com as mesmas nos seus precisos termos.

CLÁUSULA 23.ª
(Infracções e sanções)

1. Constitui infracção o incumprimento doloso ou culposo das obrigações legais a que o Investidor está sujeito nos termos da lei, nomeadamente as constantes das alíneas a) a g) do artigo 84.º da Lei do Investimento Privado.

2. As infracções mencionadas no número anterior estão sujeitas as sanções estipuladas no artigo 86.º da Lei do Investimento Privado, sem prejuízo de outras sanções especialmente previstas por lei.

3. As competências e procedimentos inerentes a aplicação e recursos sobre as sanções são os estabelecidos nos artigos 87.º e 88.º da Lei do Investimento Privado.

CLÁUSULA 24.ª
(Língua do Contrato e exemplares)

O presente Contrato é redigido em língua portuguesa em 3 (três) exemplares, com igual teor e força jurídica, destinando-se um à ANIP, outro à imprensa e um ao Investidor, fazendo ambos igual fé.

CLÁUSULA 25.ª
(Anexos ao Contrato)

1. Cronograma de implementação do Projecto;
2. Plano de Formação de Trabalhadores Nacionais; e
3. Plano de Substituição da Mão-de-obra Estrangeira por Nacional.

CLÁUSULA 26.ª
(Entrada em vigor)

O presente Contrato entra em vigor na data da sua assinatura pelas Partes.

Este Contrato de Investimento representa o acordo das Partes sobre todas as matérias acima referidas e será devidamente assinado pelos seus representantes autorizados.

Luanda, aos 12 de Setembro de 2013.

Pela República de Angola, a Agência Nacional para o Investimento Privado, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*, Presidente do Conselho de Administração.

Pelo Investidor, *José Marques Cesário*.

ANEXO — I
Cronograma de Implementação e Execução

Ações a Executar	Ano / Mês I
Aprovação do Projecto de Investimento pela ANIP e Emissão da Correspondente LIC pelo BNA	Agosto a Setembro: 2013
Normalização da Sociedade	Outubro: 2013
Obtenção da LIC	Setembro a Outubro: 2013
Importação de Fundos	Outubro a Dezembro: 2013
Importação de Equipamentos	Outubro a Fevereiro: 2014
Início das Obras de Construção	Setembro 2013
Montagem de Equipamentos	Fevereiro a Abril 2014
Contratação e Formação Pessoal	Fevereiro a Junho 2014
Finalização da Construção	Junho: 2014
Inauguração	Julho: 2014
Início da Actividade em Pleno	Agosto: 2014

ANEXO — II
Plano de Formação Profissional

1. — Estratégia Formativa

O presente Plano de Formação Profissional foi estruturado em função do objecto social e sector de actividade da sociedade.

O objectivo fundamental é a capacitação dos colaboradores angolanos, dotando-os dos conhecimentos e competências necessários para o exercício de funções com níveis técnicos adequados e potenciando a sua autonomia, eficiência e produtividade.

Devido ao tipo de actividade, parte da formação é assegurada internamente, em contexto de obra, através de chefias e especialistas devidamente qualificados e credenciados, que asseguram a transmissão de conhecimentos, métodos e práticas que não estão disponíveis fora da organização.

Durante os primeiros seis anos de vigência do Contrato de Investimento, a Investidora, através da Sociedade, propõe-se a criar 39 (trinta e nove) postos de trabalho directos, dos quais mais de 85% (oitenta e cinco por cento) serão ocupados por trabalhadores nacionais.

O projecto formativo da Investidora assentará, tendencialmente, em duas fases:

1. Na criação e consolidação dos conhecimentos técnicos práticos de todos os funcionários, nomeadamente, na aposta em cursos técnico-práticos virados para a área do investimento gerado;

2. Na formação dos funcionários que se destacarem nas diversas áreas abrangidas pela fase 1), através da moldagem das capacidades técnicas, administrativas e humanas vocacionadas para cargos correspondentes às chefias directas e indirectas.

2. — Programa

Atento o exposto, as tabelas abaixo destinam-se a descrever os programas de formação contínua e correspondente carga horária que a Sociedade irá ministrar ao seu universo de trabalhadores durante os primeiros seis anos de vigência do Contrato de Investimento, acreditando-se que os mesmos permitirão a angolanização dos postos de trabalho na Sociedade.

ANO I

Designação	Horas	Destinatários
Higiene e Segurança no Trabalho	25	Todos os Trabalhadores da Sociedade
Designação	Horas	Destinatários
Curso de Operador Agrícola	100	Todos os Trabalhadores da Sociedade
Designação	Horas	Destinatários
Curso de Operador de Máquinas Agrícolas	600	Todos os Trabalhadores Especializados da Sociedade
Designação	Horas	Destinatários
Curso de Operador de Máquinas Agrícolas	270	Todos os trabalhadores Especializados da Sociedade
Designação	Horas	Destinatários
Curso de Habilitação para Condução de Veículos Agrícolas de Categoria I	50	Todos os Trabalhadores não Especializados da Sociedade
Designação	Horas	Destinatários
Curso de Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos	30	Todos os Chefes de Equipa

ANO II

Designação	Horas	Destinatários
Curso de Distribuição e Comercialização de Produtos Fitofarmacêuticos	50	Todos os Chefes de Equipa
Designação	Horas	Destinatários
Cursos de Protecção Integrada em Culturas Permanentes e Anuais	25	Todos os Trabalhadores Especializados da Sociedade
Designação	Horas	Destinatários
Cursos de Produção Integrada em Culturas Permanentes e Anuais	25	Todos os Trabalhadores da Sociedade
Designação	Horas	Destinatários
Curso de Agricultura Biológica	50	Todos os Trabalhadores Especializados da Sociedade
Designação	Horas	Destinatários
Curso de Redução da Lixiviação de Agro-Químicos para os Aquíferos	25	Todos os Trabalhadores Especializados da Sociedade
Designação	Horas	Destinatários
Gestão do Tempo	25	Todos os Chefes de Equipa

ANO III

Designação	Horas	Destinatários
Tecnologia dos Materiais	50	Todos os Chefes de Equipa e Encarregados
Designação	Horas	Destinatários
Ação de Sensibilização de Luta Química Aconselhada	25	Todos os Trabalhadores Especializados da Sociedade
Designação	Horas	Destinatários
Ação de sensibilização de Preservação de Pastagens de Montanha Integradas em Baldios	25	Todos os Trabalhadores da Sociedade
Designação	Horas	Destinatários
Ação de sensibilização de Conservação e Melhoria de Lameiros e Pastagens de Elevado Valor Florístico	25	Todos os Operadores de Equipamentos de Produção
Designação	Horas	Destinatários
Introdução ao Sistema de Gestão da Qualidade I	25	Todos os Trabalhadores da Sociedade
Designação	Horas	Destinatários
Organização e preparação de trabalho	25	Todos os Chefes de Equipa e Encarregados

ANO IV

Designação	Horas	Destinatários
Introdução ao Sistema de Gestão da Qualidade II	25	Todos os Trabalhadores da Sociedade

Designação	Horas	Destinatários
Curso de Protecção das Aves nos Locais de Criação	50	Todos os Trabalhadores da Sociedade

Designação	Horas	Destinatários
Liderança e Trabalho de Equipa	25	Todos os Chefes de Equipa e Encarregados

Designação	Horas	Destinatários
Comunicação	25	Todos os Responsáveis da Sociedade

Designação	Horas	Destinatários
Curso de Protecção dos Ruminantes e Equídeos nos Locais de Criação	50	Todos os Chefes de Equipa e Encarregados

Designação	Horas	Destinatários
Curso de Protecção dos Suínos nos Locais de Criação	50	Todos os Chefes de Equipa e Encarregados

ANO V

Designação	Horas	Destinatários
Complemento de formação em Protecção dos Animais em Locais de Criação (Ruminantes e Equídeos), Suínos e Aves	50	Chefes de Equipa e Encarregados

Designação	Horas	Destinatários
Organização e Planeamento	50	Todos os Responsáveis da Sociedade

Designação	Horas	Destinatários
Curso de Protecção dos Animais em Transporte de Longa Duração (Ruminantes e Equídeos), Suínos e Aves	50	Todos os Chefes de Equipa e Encarregados

Designação	Horas	Destinatários
Auditorias ao Sistema da Qualidade	50	Todos os Responsáveis da Sociedade

ANO VI

Designação	Horas	Destinatários
Gestão Integrada de Recursos Humanos	50	Todos os Responsáveis da Sociedade

Designação	Horas	Destinatários
Complemento de formação em Protecção dos Animais em Transporte de Longa Duração (Ruminantes e Equídeos), Suínos e Aves	50	Todos os Chefes de Equipa e Encarregados

Designação	Horas	Destinatários
Curso de Protecção dos Animais em Transporte de Curta Duração (Ruminantes, Equídeos e Suínos) ou Aves	50	Todos os Chefes de Equipa e Encarregados

Designação	Horas	Destinatários
Gestão da Formação	25	Todos os Responsáveis da Sociedade

Designação	Horas	Destinatários
Avaliação de Desempenho	25	Todos os Responsáveis da Sociedade

Designação	Horas	Destinatários
Complemento de formação em Protecção dos Animais em Transporte de Curta Duração (Ruminantes, Equídeos e Suínos) ou Aves	50	Todos os Responsáveis da Sociedade

É importante salientar que todos os programas de formação aqui referidos são cíclicos, isto é, repetem-se sempre que houver necessidade. Refere-se ainda que este projecto formativo proposto pela Investidora fomentará a substituição gradual e gradual da mão-de-obra expatriada inicial por mão-de-obra nacional devidamente qualificada, a qual possuirá conhecimentos técnicos de todas as áreas de laboração como de todas as componentes administrativas para desempenhar qualquer cargo na sociedade.

É imperioso referir, que todos os programas de formação profissional dispostos anteriormente, ficarão a cargo das "Bellmáquinas".

ANEXO — III

Plano de Substituição da Mão-de-Obra Estrangeira por Nacional

Descrição	Nacionais	Expatriados	Nacionais	Expatriados	Nacionais	Expatriados
Director-Geral	0	1	0	1	0	1
Engenheiros Eletromecânicos	0	1	0	1	0	1
Encarregado Geral	0	1	0	1	0	1
Administrativas	1	2	2	1	3	1
Contabilidade e Tesouraria	1	1	1	1	1	1
Encarregados de Armazém	1	0	1	0	1	0
Ajudantes Armazém	2	0	2	0	2	0
Trabalhadores Qualificados	10	0	10	0	10	0
Trabalhadores Indiferenciados	8	0	8	0	8	0
Limpezas	2	0	2	0	2	0
Seguranças	8	0	8	0	8	0
Total	39		39			

Pela República de Angola, a Agência Nacional para o Investimento Privado, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*, Presidente do Conselho de Administração.

Pelo Investidor, *José Marques Cesário*.